

Rodrigo Bandeira de Mello

Regulação e Cidades Inteligentes

Fundamentos Constitucionais do
Pedido de Manifestação de Interesse
Via Parceria Público-Privada

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2025

Sumário

Introdução.....	1
1 Cidades inteligentes e direito à cidade	7
1.1 Das cidades inteligentes e desenvolvimento tecnológico.....	7
1.2 Desestatização	10
1.2.1 Emendas à constituição e parcerias com o privado ...	13
2 Cidades Inteligentes	17
2.1 Conceito de <i>Smart City</i>	17
2.2 Estrutura das Cidades Inteligentes	23
2.2.1 Estrutura conceitual	23
2.2.2 Estrutura física	25
2.2.3 Percalços estruturantes	28
2.2.4 Estrutura jurídica.....	31
3 Meios jurídicos tradicionais de implementação das Cidades Inteligentes	37
3.1 Via administração direta	38
3.2 Via concessão pública	42
3.3 Via Parceria Público-privada.....	46
4 A possibilidade de parcerias público-privadas nas cidades inteligentes.....	49
4.1 Origens da PPP.....	49
4.2 PPP no Brasil.....	54
4.2.1 Lei 11.079/2004.....	56

4.3 As PPPs e as cidades inteligentes: benefícios e dificuldades.....	62
5 O PMI como instrumento de viabilidade das <i>smart cities</i>...	69
5.1 Do procedimento de manifestação de interesse.....	69
5.2 Decreto 8.428/15	71
5.3 O PMI como impulsionador das cidades inteligentes via PPP.....	74
Conclusão	77
Bibliografia.....	81
Anexo.....	89
Material Complementar	91